



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

**14º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, com
competência cível e previdenciária.**

Juíza Federal Titular: Dra. MARCIA MARIA FERREIRA DA SILVA

Juiz Federal Substituto: não há.

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 05 a 09 de dezembro de 2016, a correição ordinária eletrônica do 14º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, em decorrência da qual seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ;
2. Regularizar a situação dos processos relativos ao controle de prazos;
3. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias;
4. Regularizar o segredo de justiça do processo nº 01231970820164025151, na forma do relatório;
5. Verificar e cobrar a devolução dos processos remetidos aos órgãos externos com prazo de devolução vencido;
6. Regularizar os processos suspensos;
7. Promover a inserção do tipo de sentença no cabeçalho ou no rodapé da primeira página das sentenças, conforme prevê artigo 5º, parágrafo único, da Resolução CJF nº 535/2006;
8. Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto superior direito da página) quando do registro do movimento de conclusão;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

9. Retificar o tipo de sentença lançado no sistema Apolo, em relação ao processo nº 0506285-02.2015.4.02.5151;
10. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme o Ofício nº 12.057/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 02/09/2016, e Portaria PR-RJ nº 1103, de 02/09/2016, a Procuradora da República Dra. Marina Filgueira de Carvalho Fernandes foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício nº 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos entre Titular e Substituto (Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Resolução nº 16/2010, TRF, 2ª Região), de acordo com o questionário pré-correição:

“Segue-se o disposto nas normas supramencionadas. Cabe ressaltar que, uma vez que o acervo é totalmente eletrônico, a diferenciação visual é feita através de identificadores no Apolo”.

. Titular: Dra. MARCIA MARIA FERREIRA DA SILVA, em exercício desde 19/01/2015.

. Substituto: não há.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 11

Analistas Judiciários: 03

Técnicos Judiciários: 05

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 00

Requisitados: 03

Estagiários: 01

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	Correição Dezembro/2016
Total	1.390



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Suspensos	299
Tramitação ajustada	1.091

Fonte: Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período de 01/12/2015 a 30/11/2016, extraído em 30/11/2016.

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Período	01/12/2015 a 30/11/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	6.280	65,73	2
Decisão	1.523	15,94	2
Sentença	1.751	18,33	3
Total Geral	9.554	100,00	2

Fonte: Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 01/12/2016.

→ METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

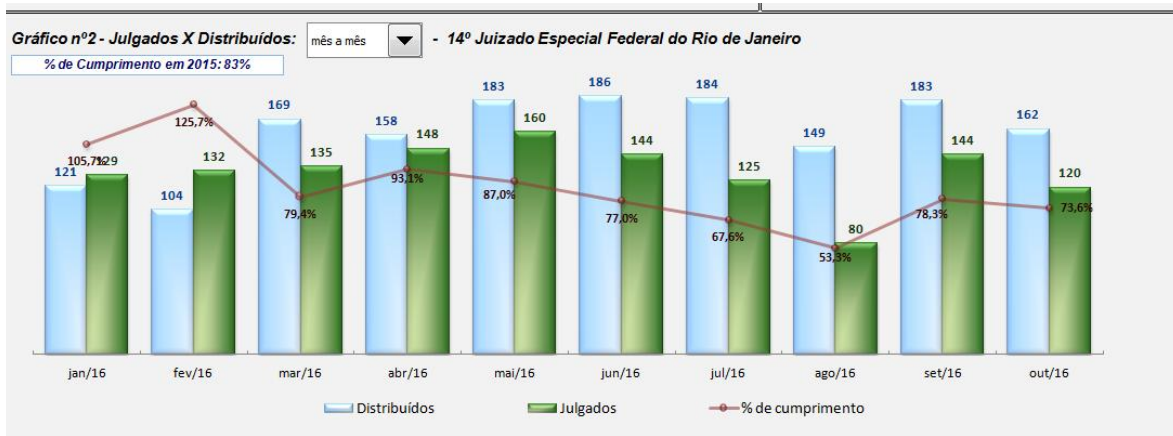
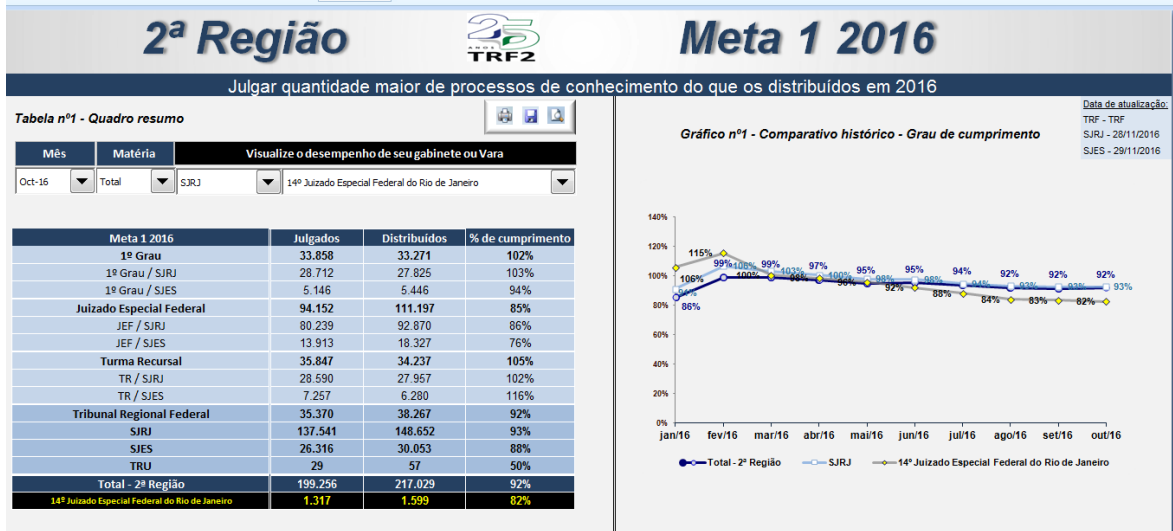
META 1/2016 - Julgar mais processos que os distribuídos.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a outubro de 2016, foram distribuídos para o órgão correicionado 1.599 processos e foram julgados 1.317 processos, de modo que o percentual de cumprimento da meta foi de 82%.



META 2/2016 - Julgar processos mais antigos.

Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

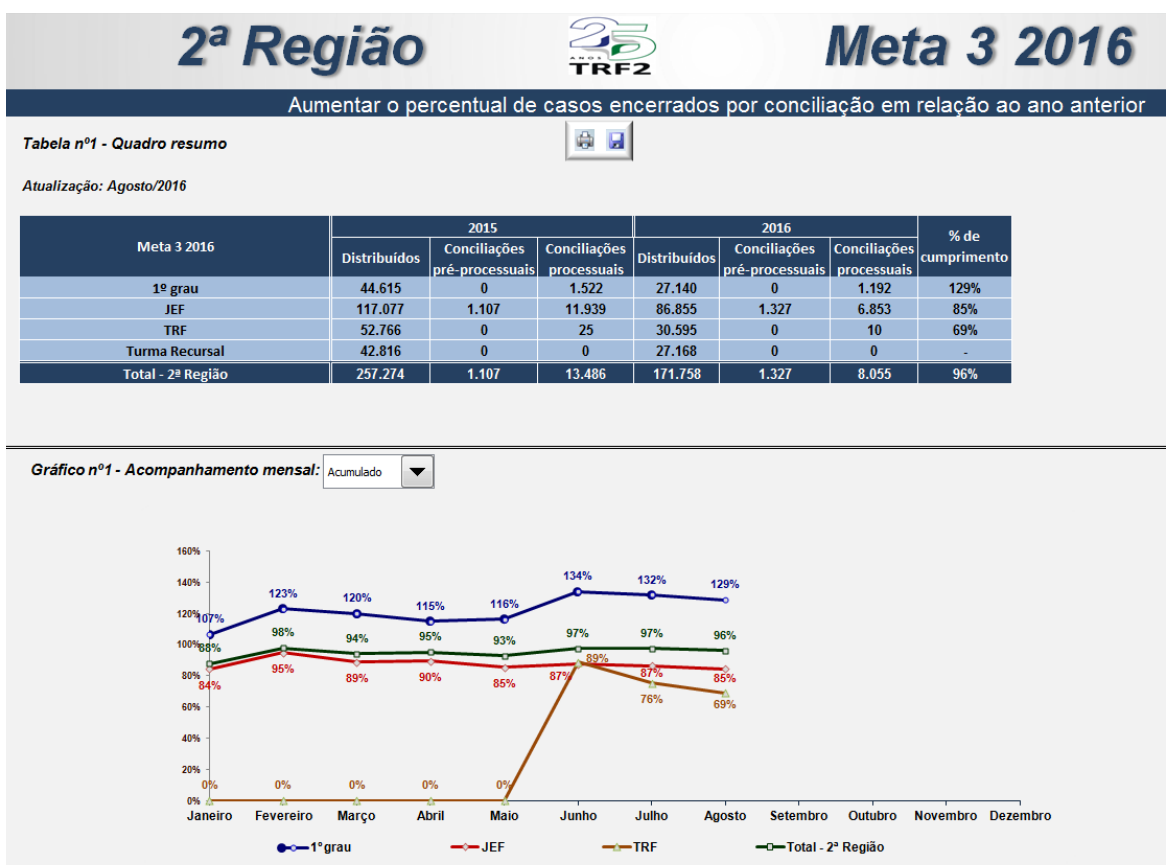


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não se aplica.

META 3/2016 - Aumentar os casos solucionados por conciliação.

Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.



META 4/2016 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa.

Identificar e julgar até 31/12/2016 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Não se aplica.

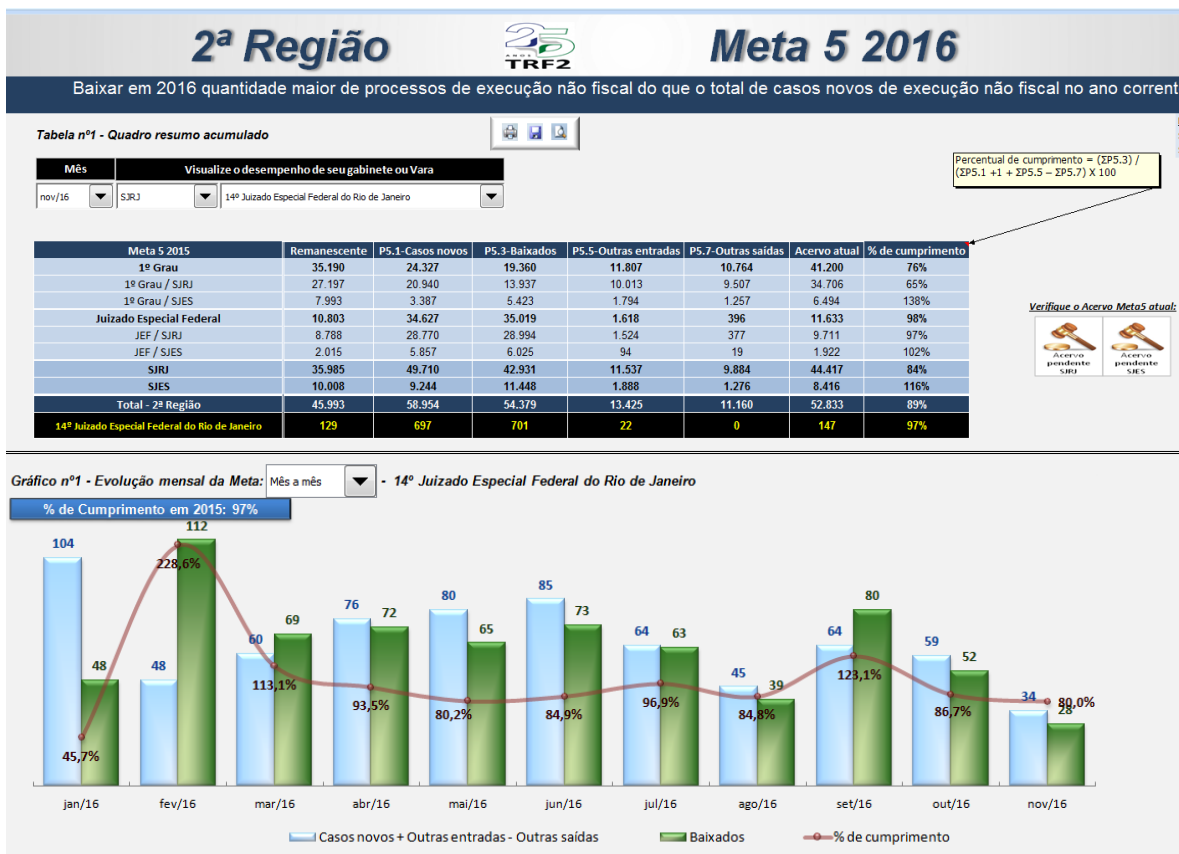


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

META 5/2016 - Impulsionar processos à execução.

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não-fiscal do que o total de casos novos de execução não-fiscal no ano corrente.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro a novembro de 2016, o órgão correicionado cumpriu 97% da meta.



Em dezembro de 2016, o quadro resumo indicava haver 153 processos no acervo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ano	2016	▼
Mês	Novembro	▼
Vara	14º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	▼

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo CNJ	
Juizo	Total
1º Grau	0
Juizado	153
Total geral	153

Foram analisados eletronicamente, por amostragem, os seguintes processos:

01240164220164025151 – Autuado em 09/09/2016. Juizado/Cível (classe 51001). Sentença (tipo B1), em 25/11/2016. Certidão de trânsito em julgado, em 28/11/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando manifestação da parte ré, em 28/11/2016.

01230135220164025151 - Autuado em 08/09/2016. Juizado/Cível (classe 51001). Sentença (tipo B1), em 25/11/2016. Certidão de trânsito em julgado, em 28/11/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando manifestação da parte ré, em 28/11/2016.

01227017620164025151 - Autuado em 06/09/2016. Juizado/Cível (classe 51001). Sentença (tipo B1), em 25/11/2016. Certidão de trânsito em julgado, em 28/11/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando manifestação da parte ré, em 28/11/2016.

01100293620164025151 - Autuado em 06/09/2016. Juizado/Previdenciária (classe 51002). Sentença (tipo A), em 04/11/2016. Certidão de trânsito em julgado, em 29/11/2016. Despacho determinando a intimação do INSS para apresentar cálculos, considerando o trânsito em julgado da sentença, em 29/11/2016. Último movimento: remessa/carga para o INSS, em 05/12/2016.

01046576220164025101 - Autuado em 03/08/2016. Juizado/Previdenciária (classe 51002). Sentença (tipo A), em 07/11/2016. Certidão de trânsito em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

julgado, em 29/11/2016. Despacho determinando a intimação do INSS para apresentar cálculos, considerando o trânsito em julgado da sentença, em 29/11/2016. Último movimento: remessa/carga para o INSS, em 05/12/2016.

Fonte: mapa extraído do portal de estatísticas da Segunda Região e consultas ao Apolo, posição até 05/12/2016.

META 6/2016 - Priorizar o julgamento das ações coletivas.

Julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus.

Não se aplica.

META 7/2016 – Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Baixar/julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica

META 8/2016 - Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

Fonte: mapas extraídos do portal de estatísticas da Segunda Região.

**➔ AUDIÊNCIAS (DE 01/12/2015 A 30/11/2016)
(Art. 35, I, CNCR)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o questionário pré-correição, houve o agendamento de 309 audiências, no período compreendido entre dezembro de 2015 a novembro de 2016, tendo ocorrido a realização de 288 audiências.

Conforme consulta à agenda de audiências do Módulo de Consultas e Relatórios do Sistema Apolo, no período de 01/12/2015 a 30/11/2016, a primeira audiência realizada foi a de 02/12/2015, sendo a última a de 25/11/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências, extraído em 30/11/2016 e Questionário pré correição, item 3.2 e anexos.

➔ PROCESSAMENTO DE FEITOS

1. INICIAIS E VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Foi encontrado o seguinte local virtual para análise de iniciais:

- SEC – INICIAIS P/ TRIAGEM: constam 03 documentos, todos de 05/12/2016, referentes aos processos n°s 0171309-08.2016.4.02.5151, 0170925-45.2016.4.02.5151 e 0171437-28.2016.4.02.5151.

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.11):

“Não há processos distribuídos aguardando o despacho inicial, pois os setores fazem logo uma triagem inicial, no mesmo dia ou no dia útil seguinte em que os processos chegam ao local virtual “balcão de entrada do 14º JEF”, inclusive para verificar se há ou não urgência nestes processos recém distribuídos. Em geral, mesmo os processos que não possuem urgência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(pedido de tutela urgência, etc.) recebem o despacho inicial no prazo máximo de 02 dias úteis”.

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado (item II.3.b):

“Relativamente aos feitos encaminhados para verificar prevenção, litispendência ou coisa julgada, essa não mais se aplica, haja vista que os processos já são encaminhados ao Juízo, distribuídos, porém, com anotação de eventual prevenção. Neste aspecto, esclareço que não há represamento de processos a depender de despacho inicial. O Supervisor de cada grupo de trabalho, responsável pelo processamento de seu acervo, analisa a hipótese de anotação de prevenção, lavra a certidão, devidamente acompanhada da documentação necessária e minuta o despacho. Na hipótese de verificação de litispendência ou coisa julgada, o processante da Secretaria lança a minuta da sentença padronizada extintiva e a envia ao Juiz para análise”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Relatório de Inspeção Anual, item II.3.b, encaminhado através do Ofício nº JFRJ-OFI-2016/06158, de 25/06/2016, realizada no período de 06 a 10/06/2016. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 05/12/2016, às 14:33.

2. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 06 documentos, todos de 05/12/2016, referentes aos processos nºs 0062686-78.2015.4.02.5151, 0161687-55.2016.4.02.5101, 0161661-04.2016.4.02.5151, 0505945-58.2015.4.02.5151, 0061096-85.2016.4.02.5101 e 0134535-76.2016.4.02.5151.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 05/12/2016, às 14:36.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO:

(Arts. 227 da CNCR)

Posição em	30/11/2016
Conclusão até	29/11/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	N/A
Decisão	0	N/A
Sentença	0	N/A
Total Geral	0	N/A

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Concluídos, extraída em 30/11/2016.

4. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:

(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	01/12/2016
Último Movimento até	30/11/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	3	100,00
Mais de 60	0	0,00
Total Geral	3	100,00

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

01409674820154025151 – Autuado em 18/11/2015. Juizado/Cível (classe 51001). Decisão deferindo a gratuidade de justiça, indeferindo o pedido de tutela antecipada e determinando a citação da ré, com a inversão do ônus da prova, em 25/11/2015. Decisão designando audiência de conciliação para o dia 11/05/2016, em 14/03/2016. Audiência realizada em 11/05/2016, em que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

foi determinada a antecipação dos efeitos da tutela para determinar a imediata cessação dos descontos no benefício da autora referentes ao contrato de empréstimo. Despacho determinando a intimação do Banco Bradesco para que forneça os extratos de movimentação da conta da autora, bem como a documentação utilizada para a abertura da conta, em 09/06/2016. Despacho determinando a reiteração da intimação do Banco Bradesco, em 30/08/2016. Despacho determinando seja novamente reiterada a intimação do gerente do Banco Bradesco, sob pena de multa diária, em 01/12/2016. Último movimento: intimação de despacho, em 05/12/2016.

01254393720164025151 – Autuado em 13/09/2016. Juizado/Previdenciária (classe 51002). Decisão deferindo a gratuidade de justiça e determinando a intimação da autora para que junte aos autos todas as CTPS que possuir, bem como carnês ou outros documentos (CNIS) que comprovem filiação e contribuição para a previdência social, sob pena de extinção do feito, em 18/09/2016. Além disso, foi indeferida a tutela antecipada e determinada a realização de perícia, em caso da efetiva juntada dos documentos citados. Despacho determinando a realização de perícia, a ser realizada no dia 19/12/2016, diante da juntada das cópias das CTPS, entre outras providências, em 11/10/2016. Último movimento: devolução de remessa, em 01/12/2016.

01296415720164025151 – Autuado em 20/09/2016. Juizado/Previdenciária (classe 51002). Decisão deferindo a gratuidade de justiça e determinando a intimação da autora para que junte aos autos diversos documentos, sob pena de extinção do feito, em 22/09/2016. Além disso, foi indeferida a tutela antecipada e determinada a realização de perícia, em caso da efetiva juntada dos documentos citados. Despacho determinando a realização de perícia, a ser realizada no dia 02/12/2016, entre outras providências, em 17/10/2016. Último movimento: devolução de remessa, em 01/12/2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraído em 01/12/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 05/12/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**5. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Arts. 180 e 318 da CNCR)**

Aguardando juntada, em 30/11/2016, constam 02 documentos, ambos de novembro de 2016, relativos aos processos nºs 01245235620164025101 e 01566742220164025151.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual (item 5):

“Nenhuma petição que chega ao balcão de entrada eletrônico da Secretaria fica por mais de 03 (três) dias úteis pendente de juntada (art. 180, caput, da Consolidação de Normas da CRJF 2ª Região), pois os servidores responsáveis juntam as petições no mesmo dia ou no dia útil seguinte da entrada das mesmas”.

onte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 30/11/2016 e Relatório de Inspeção Anual, item 5, encaminhado através do Ofício nº JFRJ-OFI-2016/06158, de 25/06/2016, realizada no período de 06 a 10/06/2016.

**6. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS
(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Foram encontrados os seguintes locais virtuais para o controle de prazos:

- SEC – PRAZOS – CONHECIMENTO: constam **341** documentos, **sendo o mais antigo de 04/11/2016, referente ao processo nº 0091370-76.2016.4.02.5151;**

- SEC – PRAZOS – EXECUÇÃO: constam **103** documentos, **sendo o mais antigo de 04/11/2016, referente ao processo nº 0039669-76.2016.4.02.5151.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 05/12/2016, às 15:31.

7. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foi encontrado o seguinte local virtual relativo ao cumprimento de ordens:

- SEC – AG. EXPEDIR (MTL, MAN, OFI, TEL, ALV, RPV) : constam 06 documentos, sendo o mais antigo de 17/11/2016, referente ao processo nº 0062686-78.2015.4.02.5151.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 05/12/2016, às 15:33.

8. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 e seguintes da CNCR)

Posição em	30/11/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	0
Documento	1
Total Geral	1

01231970820164025151 - Consta sigilo de peças no sistema Apolo, conforme termo de autuação de fls. 34/35. **Não foi localizada, s.m.j., a decisão que decretou o sigilo de justiça nos autos.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 05/12/2016.

9. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	12/2015 a 11/2016
	Processos	6.338
	Boletins	72
	Média (Proc. / Bol.)	88,03
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,65

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 30/11/2016.

10. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **140** processos com prazo vencido, sendo os mais antigos os seguintes:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0106687-17.2016.4.02.5151	INSS	23/08/2016	12/09/2016	80
0114375-30.2016.4.02.5151	INSS	30/08/2016	12/09/2016	80
0102500-63.2016.4.02.5151	INSS	23/08/2016	12/09/2016	80
0122093-78.2016.4.02.5151	INSS	08/09/2016	23/09/2016	69
0121282-21.2016.4.02.5151	INSS	08/09/2016	23/09/2016	69

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 01/12/2016, vencidos e não devolvidos até 31/11/2016 e consultas ao Apolo, posição em 05/12/2016.

11.SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

a) Total de processos suspensos (em 30/11/2016): 299

b) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Outros – fase conhecimento: 02

01146463920164025151 – Despacho em 30/08/2016, determinando a suspensão do feito pelo prazo de 60 dias, para que a parte autora comprove o indeferimento administrativo do benefício pleiteado.

01421225220164025151 - Despacho em 24/10/2016, determinando a suspensão do feito pelo prazo de 60 dias, para que a parte autora comprove o indeferimento administrativo do benefício pleiteado.

b) Recurso repetitivo: 28

01242052020164025151 - Determinada a suspensão do feito em 12/09/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

01256767120164025151 - Determinada a suspensão do feito em 15/09/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

00982005820164025151 - Determinada a suspensão do feito em 25/07/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

01429812420164025101 - Determinada a suspensão do feito em 24/10/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

01372136420164025151 - Determinada a suspensão do feito em 10/10/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

c) Repercussão Geral (CPC, art. 1.035, art. 5º): 269

A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Repercussão Geral (CPC, art. 1.035, art. 5º)”, ao invés do motivo específico “Recurso Repetitivo”, nos seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01286516620164025151 - Determinada a suspensão do feito em 27/09/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

01242139420164025151 - Determinada a suspensão do feito em 12/09/2016, reiterada em 17/10/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

00198748420164025151 - Determinada a suspensão do feito em 03/03/2016, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

05061352120154025151 - Determinada a suspensão do feito em 27/11/2015, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

00081866220154025151 - Determinada a suspensão do feito em 22/01/2015, conforme decisão proferida no REsp nº 1.381.683-PE.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 30/11/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 05/12/2016.**

12.SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.751

- a. Convertido o Julgamento em diligência: 01
- b. Com Resolução de mérito:
 - i. Declarada decadência ou prescrição: 18
 - ii. Embargos de Declaração Acolhidos: 19
 - iii. Embargos de declaração Acolhidos em parte: 11
 - iv. Embargos de Declaração Não –acolhidos : 21
 - v. Homologada a Transação: 200
 - vi. Julgado Improcedente o pedido: 346
 - vii. Julgado Procedente em parte o pedido: 288
 - viii. Julgado Procedente o pedido: 310
- c. Resolução de Mérito:
 - i. Conciliação/Transação Homologada: 11
 - ii. Pedido Improcedente: 16



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- iii. Pedido Procedente: 60
- iv. Pedido Procedente em parte: 42
- v. Reconhecida Prescrição/Decadência: 01
- vi. Pedido Procedente com Tutela Deferida: 08
- vii. Pedido Procedente em parte com Tutela Deferida: 04

d. Sem resolução de mérito:

- i. Sem resolução de mérito: 97
- ii. Desistência da ação: 01
- iii. Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 01
- iv. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 06
- v. Extinto o processo por ausência dos pressupostos processuais: 11
- vi. Extinto o processo por desistência: 19
- vii. Extinto o processo por negligência das partes: 68
- viii. Extinto o processo por perempção, litispendência ou coisa julgada: 14
- ix. Indeferida a inicial: 01

e. **Vazias: 184**

13. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0506379-47.2015.4.02.5151
0506292-91.2015.4.02.5151
0054779-18.2016.4.02.5151
0054584-67.2015.4.02.5151

0506285-02.2015.4.02.5151 – **sentença classificada como tipo A no sistema, apesar de se tratar de sentença tipo B2 (texto em anexo ao final do relatório).**

2. Sentenças tipo B-1 (sentenças homologatórias de acordo)

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0505688-96.2016.4.02.5151
0505672-45.2016.4.02.5151
0078053-11.2016.4.02.5151
0038066-65.2016.4.02.5151

0158545-24.2015.4.02.5151 – **não consta o tipo no corpo da sentença (texto em anexo ao final do relatório);**

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0505281-90.2016.4.02.5151
0505247-18.2016.4.02.5151
0505261-02.2016.4.02.5151
0128938-82.2016.4.02.5101
0135237-22.2016.4.02.5151

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0058094-54.2016.4.02.5151
0056767-74.2016.4.02.5151
0057085-57.2016.4.02.5151
0067680-18.2016.4.02.5151
0054399-92.2016.4.02.5151

5. Vazias

00325621520154025151 - **campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 11 de dezembro de 2015;**

00921808520154025151 - **campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 09 de dezembro de 2015;**

00759827020154025151 - **campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 15 de dezembro de 2015;**

01214618620154025151 - **campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 26 de janeiro de 2016;**

01321725320154025151 - **campo 'tipo' não preenchido quando do registro do movimento 'conclusão para sentença' em 27 de janeiro de 2016.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição em 05/12/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.3.2):

“Tal controle é feito, basicamente, com o uso de identificadores nos processos”.

15. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

Segundo o questionário pré-correição (item 3.3.4):

“O controle de metas é realizado pela entrega de relatórios à Magistrada, e pelo acompanhamento da tabela de produtividade geral. O gabinete trabalha com as metas estabelecidas pelos Magistrados, buscando-se alcançar o menor prazo possível. Nunca se ultrapassou o limite de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão de sentença. O critério considerado para estabelecer a prioridade para a prolação das sentenças é a antiguidade”.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

16. EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Suspenso	Recurso Turma Recursal	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	150	01	412	563
	Total		150	01	412	563



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 30/11/2016.

**17. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/12/2015 a 30/11/2016).
(Art. 217, II, da CNCR)**

- a. Total de requisições: 783
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 116 dias.

- RPV's: 782

- . Cadastrados: 93
- . Conferidos: 62
- . Enviados: 627

- Precatórios (Parcela única): 01

- . Cadastrados: 01
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 00

- Precatórios Parcelados: 00

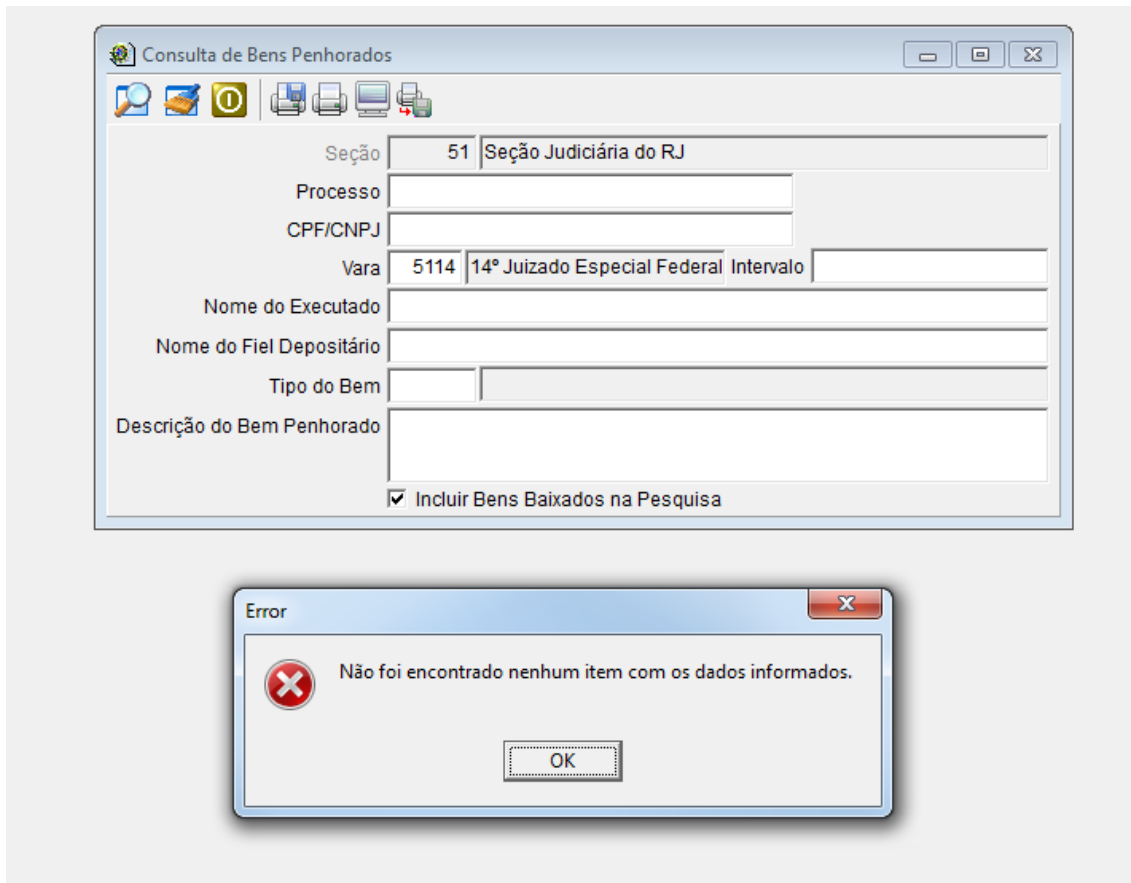
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 30/11/2016.

**➔ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o questionário pré-correição e com o mapa estatístico, o Juizado não possui registro de bens penhorados.



Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 30/11/2016.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**
(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

Total de acautelamentos/apreensões: 21, sendo 05 ativos e 16 baixados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não foram analisados processos, nos termos do art. 242, § 1º, da CNCR, pois não constam da listagem quaisquer bens que possuam conteúdo econômico, ou que sejam passíveis de perdimento ou expropriação, nem tampouco de utilização restrita ou proibida.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, extraído em 30/11/2016.

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147 a 151 CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição (item 5):

“Foram verificados todos os livros e pastas os quais o Juizado Federal é obrigado a manter, bem como os livros e pastas que, facultativamente, podem ser utilizados no Juizado, dada a sua importância e as peculiaridades do Juizado (autos virtuais), a critério da Juíza Titular (nos termos dos art. 147 a 151 do Provimento nº T2-PVC-2011/00011 – Consolidação de Normas da Egrégia Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região), com seus respectivos termos de abertura, conforme abaixo relacionados:

Na Secretaria:

1. Obrigatórios (art. 148 do Provimento nº T2-PVC-2011/00011 – CNCRJF- 2ª Região).

a – Livro de Ponto dos Servidores;

b – Livro de Reclamações;

Com o advento do processo eletrônico, não são mantidas pastas de Mandados, Ofícios, Alvarás, Telegramas, Certidões, RPVs, Solicitações de Honorários, e demais expedientes, pois todos estes são mantidos de forma permanente no Sistema Processual Apolo, e são assinados também de forma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

eletrônica. Assim, uma vez mantidos em meio eletrônico, não há necessidade de impressão dos mesmos.

Não há reclamações anotadas no Livro de Reclamações até o presente momento.

2. Não Obrigatórios:

- a – Correspondências e Expedientes Recebidos (não digitalizáveis);*
- b – Pasta de Remessa via Correios;*
- c – Pasta de Protocolo;*
- d – Pasta de Relatórios de Inspeções / Correições;*
- e – Pasta de Freqüência de Estagiários;*
- f – Pasta de Documentos Digitalizados (documentos temporários).*

Os servidores são orientados da necessidade de identificação, com o registro da matrícula, dos responsáveis pela remessa e/ou recebimento de expedientes e correspondências, tanto de quem remete quanto de quem recebe.

No Gabinete:

I – Pasta de Atas de Audiências assinadas.

Há apenas uma pasta física no Gabinete, conforme o item acima descrito, posto que, de modo análogo ao caso da Secretaria, todas as pastas obrigatórias do Gabinete, em sede de processos eletrônicos, foram substituídas por registros próprios em sistema eletrônico de informática, tais como registro de sentenças, de decisões em sede de tutela de urgência, ofícios, memorandos e demais atos”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.

→ ESPAÇO FÍSICO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o Questionário pré-correição (item 4):

“No que se refere à disposição física das estações de trabalho (microcomputador e demais componentes) e do mobiliário e de utensílios, verificou-se que os mesmos estão dispostos de maneira compatível ao espaço físico, tanto na Secretaria quanto no Apoio ao Gabinete e no Gabinete da Juíza, e atendem muito bem ao fim a que se destinam. Ressalte-se que há estações de trabalho excedentes, posto que a lotação de servidores e estagiários no Juizado é inferior ao padrão recomendado pela SJRJ. Temos a Copa, a Sala de Audiências e os sanitários para servidores (masculino e feminino) compartilhados com o 13º JEF, que ocupa o outro lado do mesmo pavimento (2º andar do prédio).

O atendimento ao público externo, no balcão da Secretaria, é feito em sistema de rodízio, pelos Servidores designados ou pela estagiária, por escala previamente estabelecida, sob a orientação dos Supervisores e do Diretor.

A Secretaria tem observado as disposições contidas na Lei n.º 5.010/66, mormente no art. 41 da citada Lei, sendo certo que, de forma geral, o cumprimento das determinações dos Magistrados tem ocorrido sempre em prazo razoável, considerando-se o volume de processos e o reduzido número de servidores.

Os processos eletrônicos são organizados em locais virtuais, e são sistematicamente conferidos e averiguados por seus respectivos responsáveis, conforme Anexo nº 08”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 4.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Metas de curto prazo (3 meses):

- Atualizar os motivos de suspensão, de acordo com o NUGEP e o NURER;
- Atuação junto ao CESGRANDE, nas audiências de conciliação.

Metas de médio prazo (6 meses):

- Aumentar o número de sentenças proferidas em AIJ.

Metas de longo prazo (1 ano):

- Manter sistematicamente a identificação de quaisquer paralisações, dificuldades de processamentos, visando à celeridade na tramitação;
- Manter o controle sistemático dos laudos pendentes de entrega e das diligências pendentes de cumprimento;
- Padronização das práticas afetas aos setores da Secretaria e maior integração entre eles.

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Ini Martha da Silva, Mat. nº 11.953
Taissa Souza Medeiros, Mat. nº 15.567
Tessa Karst Tavela, Mat. nº 11.777